



100
067

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO Nº: 0187163-6/01

AGRAVANTE: Paulo Roberto Carneiro de Araújo e Outros

AGRAVADO: Município do Recife

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

R 5527

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO EM FACE DE DECISÃO TERMINATIVA QUE NEGOU SEGUIMENTO À APELAÇÃO. 1. A questão de fundo versa sobre a possibilidade dos servidores dos Poder Executivo Municipal de incorporar em seus vencimentos o percentual de 11,98%, relativo à diferença apurada quando da conversão de suas remunerações de cruzeiro real para URV (Unidade Real de Valor), no ano de 1994, nos moldes determinados pela Lei nº 8.880/1994, bem como os respectivos atrasados. 2. É pacífica a jurisprudência dos Tribunais Superiores e bem assim desta Corte, no sentido de que a diferença de 11,98%, relativa à reposição de diferenças resultantes da conversão da moeda no ano de 1994, conforme acima explicitado, é devida apenas aos servidores do Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas e não aos servidores do Poder Executivo. 3. Agravo improvido, por unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Agravo nº 0187163-6/01, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto relator.

Recife, 04 de fevereiro de 2010 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA
8ª CÂMARA CÍVEL

101

068

RECURSO DE AGRAVO Nº: 0187163-6/01
AGRAVANTE: Paulo Roberto Carneiro de Araújo e Outros
AGRAVADO: Município do Recife
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

RELATÓRIO E VOTO

Paulo Roberto Carneiro de Araújo e Outros interpuseram o presente recurso de agravo em face de decisão terminativa por mim proferida nos autos da Apelação Cível nº 0187163-6, insistindo da percepção do percentual de 11,98%, relativo à conversão, ainda no exercício de 1994, de suas remunerações para URV (Unidade Real de Valor).

Sustentam, nesse sentido, os agravantes, em suma, que *“os servidores do poder executivo, seja estadual ou municipal, também fazem jus as perdas decorrentes da conversão dos vencimentos em URV, em março de 1994”*.

Achando por bem não exercer o juízo de retratação, apresento nesta oportunidade o recurso de agravo para julgamento nesta Egrégia 8ª Câmara Cível.

É o relatório.

Eis o teor da decisão que se pretende reformar:

Trata-se de **Apelação** interposta em face da sentença prolatada pelo Juízo da 7ª Vara da Fazenda Pública da Capital nos autos da Ação Ordinária nº 001.2005.002442-7, pela qual os ora apelantes, Auditores Tributários oriundos dos quadros funcionais do Poder Executivo do Município de Recife, pleiteiam a agregação em seus vencimentos do percentual de 11,98%, relativo à diferença resultante da conversão de suas remunerações para URV (Unidade Real de Valor), no ano de 1994, quando da implementação do Plano Real.

Em sua peça recursal (fls. 137/150), insistem os apelantes na inclusão em seus proventos do percentual de 11,98%, relativo à diferença resultante da conversão de suas remunerações para URV.



102
069

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA
8ª CÂMARA CÍVEL

Em contra-razões (fls. 207/211), o apelado requer a manutenção da decisão vergastada pelos seus próprios fundamentos.

É o que importa relatar.

Afasto, de início, a ilegitimidade ativa dos apelantes (à exceção de Alcione Maria Araújo Donida), decretada em primeiro grau, pelos fatos de os mesmos terem sido investidos nos cargos que ocupam posteriormente à conversão da URV para o Real.

Isso porque essa circunstância diz respeito à inexistência do direito pretendido (porquanto já assumiram seus cargos com um padrão monetário determinado, já submetido à conversão).

Trata-se, pois, de questão de mérito.

Examino, assim, em sucessivo, a questão de fundo, de forma homogênea em relação a todos os apelantes.

Deveras, os apelantes, todos **servidores dos Poderes Executivo Municipal**, pleiteiam a incorporação em seus vencimentos do percentual de 11,98%, relativo à diferença apurada quando da conversão de suas remunerações de cruzeiro real para URV (Unidade Real de Valor), no ano de 1994, nos moldes determinados pela Lei nº 8.880/1994, bem como os respectivos atrasados.

No entanto, é pacífica a jurisprudência dos Tribunais Superiores e bem assim desta Corte, no sentido de que a diferença de 11,98%, relativa à reposição de diferenças resultantes da conversão da moeda no ano de 1994, conforme acima explicitado, é devida apenas aos servidores do Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas e não aos servidores do Poder Executivo.

Esse entendimento funda-se no art. 168 da Constituição Federal, que estabelece o prazo limite do dia 20 de cada mês para repasse dos duodécimos dos poderes e órgãos autônomos, donde resulta a diferença de 11,98%, correspondente aos dias restantes para completar o período estabelecido (1º de março subsequente), regra não aplicável, pois, ao Poder Executivo.

Trago à colação decisão da Primeira Turma do Excelso Pretório:

“EMENTA: RECURSO. Extraordinário. Admissibilidade. Servidor Público do Poder Executivo. Vencimentos. Reajustes. 11,98%. Conversão em URV. Art. 168 da CF. Impossibilidade. Agravo regimental provido. Extraordinário conhecido e provido. Ação julgada improcedente. A recomposição de 11,98% na remuneração dos servidores, por erro no critério de conversão da URV, não se aplica aos do Poder Executivo” (AI-AgR 394077/RJ, DJ 04/03/2005, p. 00017).



103
070

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA
8ª CÂMARA CÍVEL

Esse é também o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. PODER EXECUTIVO. ÍNDICE DE 11,98%. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS. URV. APLICAÇÃO DA LEI 8.880/94. RECURSO ESPECIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. ACÓRDÃO REFORMADO. SEGURANÇA DENEGADA. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO.

1. Consoante a pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é devida a diferença de 11,98%, relativa à conversão de cruzeiros reais em URVs, apenas aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, os quais, por força do art. 168 da CF, percebiam efetivamente seus salários no dia 20 de cada mês.

(...)

4. Recurso especial conhecido e provido. (REsp. 825128/AM, DJ 16/06/2006, p. 207)."

A matéria é também pacífica nesta Corte:

Enunciado 01 da 8ª Câmara Cível – "O acréscimo do percentual de 11,98% relativo à conversão da URV nos vencimentos ou proventos dos servidores públicos é devido apenas aos membros e servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público, que perceberam seus vencimentos até o dia vinte de cada mês."

"MANDADO DE SEGURANÇA - CONSTITUCIONAL - PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA E PRELIMINAR DE FALTA DE COMPROVAÇÃO DO ÍNDICE DE 11,98% - NÃO CONHECIDAS - PLANO REAL - CONVERSÃO - URV - SERVIDORES DO EXECUTIVO - SEGURANÇA DENEGADA. Preliminar de não cabimento do Mandado de Segurança por ausência de prova pré-constituída e da preliminar de falta de comprovação do índice de 11,98%. Não conhecidas. No mérito, já está pacificada na jurisprudência pátria que o índice de 11,98% só é devido aos servidores públicos do judiciário, legislativo e ministério público, cujos vencimentos estão submetidos à norma do art.168 da Constituição Federal. À unanimidade de votos, foi denegada a segurança ao writ. (Mandado de Segurança nº 85844-6, DJ nº 131, de 14/07/2006)". Grifei.

"APELAÇÃO CÍVEL. DECISÃO TERMINATIVA. REFORMA PARCIAL DA DECISÃO MONOCRÁTICA. NÃO INCIDÊNCIA DO PERCENTUAL DA CONVERSÃO DA URV PARA SERVIDORES APOSENTADOS, PENSIONISTAS, DO PODER EXECUTIVO E INCIDÊNCIA PARA SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO. ART. 168 DA CF/88. 01. Tratando-se de servidor e/ou pensionista, integrante do quadro de pessoal do Poder Executivo, impossível é a aplicação do reajuste decorrente da conversão da URV, uma vez que o Colendo STJ já sedimentou o entendimento de que, apenas, os servidores do Poder Legislativo e Judiciário e do Ministério Público fazem jus



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA
8ª CÂMARA CÍVEL

à incidência do percentual de 11,98% advindo da URV, em face da previsão estatuída no art. 168, da CF/88. 02. Existido na demanda, pensionistas de ex-servidores do Poder Judiciário, aplica-se em relação a elas o reajuste decorrente da conversão da URV. 03. Nada de novo veio com o recurso de agravo que ensejasse retratação ou reforma da decisão anterior que extinguiu agravo de instrumento. Recurso de Agravo improvido. Decisão unânime. (Recurso de Agravo nº 122692-4/01, DJ nº 52, de 18/03/2006)".
Grifei

Ante o exposto, sendo certo que a pretensão dos apelantes está em manifesto confronto com a jurisprudência pacífica dos Tribunais Superiores, e deste próprio Tribunal de Justiça, **nego seguimento** ao presente recurso de Apelação, mantendo íntegra, por conseguinte, a sentença de primeiro grau, o que faço com base no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil.

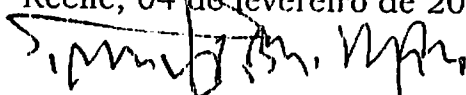
Tenho que tais fundamentos são de per si suficientes para a manutenção da decisão agravada.

Deveras, este colegiado tem o entendimento consolidado no sentido de que as aludidas diferenças de URV não são devidas aos servidores do Executivo.

Ante o exposto, **nego provimento** a este Recurso de Agravo, mantendo a decisão guerreada, nos exatos termos em que lançada nos autos.

É como voto.

Recife, 04 de fevereiro de 2010.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator